

A PRODUÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS REAGE

Guilherme Amorim*

As informações de dezembro da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), pesquisa do IBGE, revelaram recuperação da produção de máquinas e equipamentos no Paraná. Essa atividade registrou crescimento de 129,6% em relação ao mesmo mês de 2015. Sua variação acumulada no ano foi de 4,3%. A pesquisa abrange 13 ramos da indústria de transformação do Estado que, em conjunto, apresentou retração anual de -4,3%. Nacionalmente, a queda da indústria de transformação alcançou -6,1% em 2016. Ressalte-se que o índice brasileiro é calculado com base no desempenho de 25 setores e estabelecimentos de 14 unidades da Federação.

A expansão do setor de máquinas e equipamentos do Estado decorreu, de acordo com o IBGE, do aumento na produção de tratores e colheitadeiras. Essa informação é consonante com os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Segundo a entidade, as empresas ligadas a ela produziram em 2016, nacionalmente, número de tratores - 3,8% inferior ao produzido no ano anterior. Entretanto, a fabricação desses equipamentos reagiu no final do ano. Em dezembro passado, saíram das linhas de produção 94,9% mais tratores que no mesmo mês de 2015. No caso das colheitadeiras, houve expansão de 14,8% na produção anualizada e de 86,0% na comparação entre os meses de dezembro.

Informações da ANFAVEA sobre a maior indústria do ramo instalada no Paraná, a CNH/Case, apontam crescimento de 2,9% na produção de tratores e 23,1% na de colheitadeiras em 2016. No primeiro caso, destaca-se positivamente a recuperação das exportações, que alcançaram patamar inédito. Foram 545 unidades no ano passado, quantidade equivalente a 25,3% do total fabricado. Embora a participação da demanda internacional já tenha sido maior, é inédito o número absoluto de veículos embarcados. No caso das colheitadeiras, destaca-se o fato de que as vendas internas da empresa, inclusive de veículos importados, cresceu 9,6% no ano passado – após retração de 44,1% na passagem de 2014 para 2015.

A exportação de todo o rol de máquinas e implementos agrícolas brasileiros, segundo estatísticas da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), apresentou retração de 11,9% entre 2015 e 2016. Na mesma comparação temporal, entretanto, as vendas externas pelo Paraná cresceram 16,2%. Dessa forma, a participação do Estado nos embarques nacionais variou de 10,8% para 14,3%.

De acordo com o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2015, havia no Paraná 7.020 vínculos empregatícios associados à produção de tratores e outras máquinas destinadas à agricultura e pecuária, bem como de suas peças, no final daquele ano. Esses postos de trabalho representavam 11,06% das vagas ocupadas na indústria de transformação do Estado. Nacionalmente, esses segmentos respondiam por 68.066 vínculos (0,94% dos ligados à transformação). A fabricação paranaense de tratores e seus componentes, especificamente, é responsável por 30,95% dos postos brasileiros do ramo.

O emprego no setor, em 2016, acompanhou o ciclo recessivo e seu saldo de movimentações foi negativo, com -2.030 vínculos no âmbito nacional. No Paraná, contudo, o patamar de ocupação se manteve estável (acréscimo de 74 postos de trabalho) no mesmo período, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Infelizmente, a aquisição desses produtos é tradicionalmente subsidiada. A maior parte deles é adquirida por meio do Moderfrota, programa de financiamento gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mesmo arca com 90% do valor dos equipamentos (colheitadeiras, plantadeiras, pulverizadores, semeadoras, tratores, e aqueles utilizados no beneficiamento de café). O valor do empréstimo cobre até 100% da máquina, caso o contratante esteja inscrito no Programa Nacional de Apoio ao Médio

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Produtor Rural (PRONAMP). O Tesouro Nacional, por meio do Plano Safra 2016-2017, tornou R\$ 5,05 bilhões passíveis de contratação pelo Moderfrota. O incremento na demanda gerou alocação de R\$ 2,5 bilhões suplementares a essa linha de crédito. O Plano de Safra 2017-2018 será implantado a partir do segundo semestre, e a indústria de máquinas agrícolas pleiteia R\$ 11 bilhões para o Moderfrota.

A ANFAVEA prevê que a produção brasileira de máquinas agrícolas, inclusive colhedoras de cana-de-açúcar, cresça 13% em 2017. Dada a dependência que este setor tem de subsídios, essa projeção dificilmente será alcançada. As despesas da União inevitavelmente serão revisadas quando o próximo decreto de programação orçamentária e financeira for emitido pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. O decreto anterior fazia projeções de receita baseado em estimativa de crescimento de 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB). A mediana das expectativas de mercado do Boletim Focus, do Banco Central, põe a variação do ano corrente em 0,49%.

A limitação à expansão das despesas com equalização de juros tende a ocorrer por dois motivos. Inicialmente, há nova forma de contabilização dessas despesas, conforme indicação da Controladoria Geral da União (CGU). A partir de 2017, os dispêndios do segundo semestre com essa rubrica serão inscritos na execução orçamentária do ano corrente, a despeito de serem efetivamente pagos apenas em janeiro do exercício seguinte. Para além disso, o Orçamento que saiu do Congresso Nacional cortou R\$ 6 bilhões da equalização e os alocou no financiamento de emendas parlamentares.

O crédito para aquisição de maquinário tende a tornar-se mais contrito, ademais, por medida de saneamento de financiamentos contratados por meio do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a repactuação de empréstimos do PSI para tomadores inadimplentes, com alongamento de prazos de pagamento. Instrução do CMN exige que essa leniência tenha como contrapartida a abdicação ao subsídio inicialmente concedido.

A despeito da incognoscibilidade do câmbio, os produtores agrícolas não têm, até o momento, grandes preocupações com as cotações internacionais. Projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) dão conta de que o preço da soja em grão no mercado externo apresentará, ao final do ano corrente, estabilidade em relação ao do final de 2016 (média de US\$ 367,3 por tonelada, no último trimestre do ano). A entidade prevê que as cotações médias projetadas para o quarto trimestre de 2017, quando comparadas ao mesmo período de 2016, crescerão 11,3% no caso do milho e 21,9% no caso do trigo.

A perspectiva de que os produtores rurais encontrar-se-ão mais capitalizados na safra 2017/2018 não inibe, entretanto, o clamor por maior volume de crédito subvencionado – no que são respaldados pelos fabricantes de máquinas e equipamentos agrícolas. Para todos os setores atendidos por financiamentos do gênero, a solução para a insustentável dinâmica do subsídio implícito passa pela redução da taxa de juros básica. Mais do que desejável em meio à maior recessão da história do País, essa trajetória cadente depende da sanidade fiscal – mais frágil tanto maior o saldo a ser equalizado.

O mais recente relatório da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e para a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), estatal ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), prevê que o subsídio implícito de suas operações alcance R\$ 15 bilhões em 2017. Subsídio implícito nada mais é do que a diferença entre o custo de captação, referenciado pela Selic, e a taxa de remuneração, balizada pela taxa de juros de longo prazo (TJLP). Tal dispêndio é dissonante com a expectativa de curto prazo (cumprimento da meta fiscal) e de longo (redução da dívida pública federal).

A indústria de equipamentos agrícolas pode competir internacionalmente, e seus produtos, com vários níveis de sofisticação, são capazes de suprir virtualmente qualquer mercado. No entanto, para além de decisões corporativas, eventualmente tomadas por matrizes ultramarinas, o Brasil levou a termo parco leque de acordos comerciais na última década. A conclusão da anciã negociação com União Europeia e a ampliação dos acordos com México e Índia proporcionaram bem-vindo impulso a esse ramo.